

# Brasil-África, pouco a pouco o reencontro com o continente negro

João Batista Araújo

e Oliveira \*

Aos poucos vamos nos reencontrando com o continente africano. No passado recente, tudo começou a partir da "realpolitik" do Itamaraty. Dela decorreram inúmeros projetos de cooperação e assistência técnica. Até agências internacionais se valeram de técnicos brasileiros para ajudar na implementação de seus projetos de desenvolvimento, nos diversos países da África, lusófona ou não. O Senai, entre outros, recebeu centenas de estagiários e enviou dezenas de técnicos para lá. Tudo correto e muito louvável.

Mas outros aspectos menos lisonjeiros também nos aproximam. Nossos índices de crescimento econômico estão-se tornando comparáveis — ambos são negativos ou próximos de zero. Enquanto a mortalidade infantil continua elevada por lá, especializamo-nos no abandono e extermínio dos que escaparam. Até na AIDS frequentamos as mesmas colunas nas estatísticas dos organismos internacionais.

Agora nos unimos na miséria educacional. Junto com Moçambique, fomos "reprovados" na avaliação comparativa internacional que acaba de ser divulgada em todo o mundo. A nossa incapacidade de equacionar os problemas educacionais ultrapassou nossas fronteiras e tornou-se de domínio público.

Primeiramente vejamos do que estamos falando. Como é usual entre os países desenvolvidos, são realizados rotineiramente testes de conhecimento para comparar o desempenho dos seus estudantes com o dos outros países. Desta feita, foram aplicados testes de ciências e matemática. As questões são elaboradas e pré-testadas nos diversos países, a fim de evitar qualquer dúvida quanto à sua compreensão ou propriedade a um determinado contexto. A outra concentrou-se nos alunos com 13 anos de idade. Do ponto de vista técnico e metodológico, esses testes representam o que há de melhor.

Note-se que o teste não quer saber se o país é rico ou pobre, se possui ou não um ministério ou um conselho federal de educação, se suas leis educacionais contêm 260 artigos ou nenhum, se o sistema é centralizado ou não, se o país é comunista ou capitalista, se os prédios escolares são de bambu ou de concreto aparente, ou se as escolas adotam as teorias construtivistas ou qualquer outro modelo pedagógico. O que os testes perguntam é aquilo que interessa à sociedade, às famílias e ao mundo da produção: o que os meninos são capazes de fazer com a matemática e ciências que aprenderam, depois de passar cinco, seis ou sete anos na escola?

Essa pergunta já vem sendo feita sistematicamente pelos países mais desenvolvidos, desde o final da década de 50. Não é por acaso que são desenvolvidos. Esses países não só possuem sistemas nacionais de controle de qualidade educacional mas sempre quiseram saber como se comportam os seus alunos em face dos alunos de outros países. Afinal, desde os tempos de Ricardo e de Stuart Mill que já aprenderam que suas vantagens comparativas se definem nas arenas internacionais, e não nos discursos ufanistas.

Desta vez, graças aos esforços da Fundação Carlos Chagas, foram coletados dados de alunos de escolas brasileiras, inclusive na mais importante metrópole do nosso país. Participaram vinte países, muitos da Europa, os Estados Unidos, e alguns asiáticos, entre os quais China e Coreia. Moçambique também criou coragem e se expôs à avaliação comparativa. No que nos concerne, os resultados confirmam o descaso das autoridades e da sociedade para com as questões do ensino nas escolas.

A Coreia, que em 1960 invejava o Piauí, e hoje exporta carros para o Brasil, venceu em ciências. Mas isso não é novidade para quem acompanha a série — vem acompanhando a série — vem aprimorando o seu sistema educativo desde aquela década, quando resolveu virar país desenvolvido. E, como todos os demais que tomaram esse rumo, começou reformando seriamente seu sistema educacional.

Mas, nos testes deste ano, a grande novidade foi a China: bateu em todo o mundo em matemática. Como todos sabemos, trata-se de um país relativamente pobre, com mais de 1 bilhão de habitantes, mas onde todo mundo come, mora em algum lugar, tem emprego, escola e leva as coisas bastante a sério — mesmo por falta de outras opções.

O resultado chama a atenção, mas não é de surpreender. Mais uma vez fica claro que não é por cau-

sa de dinheiro, ou falta de dinheiro ou prédios de concreto à vista que se pode oferecer uma escola de massa de qualidade decente, mesmo para uma população de milhões.

Não será por acaso que o grande problema da China, hoje, é conter o crescimento econômico em menos de 10% ao ano. Afinal, descobriram que educação é um negócio da China!

Há outro resultado que é de fazer perder o sono: tanto em matemática quanto em ciências o Brasil disputa a rabeira do mundo, com Moçambique. Como nós, Moçambique é um país tropical, abençoado por Deus, e que também recebeu de Portugal a civilização e a cruz. E, mais recentemente, tem recebido outras cruces, entre as quais um experimento marxista malsucedido, guerras externas e internas que liquidaram sua economia e mutilaram grande parte de sua população. Sem falar nos vizinhos que lhe vieram causando alguns incômodos e preocupações adicionais, como a África do Sul.

Depois de tudo isso, devem estar comemorando o empate conosco. Afinal, tudo é relativo. Mas, e nós, vamos comemorar o quê?

Dois pontos merecem a reflexão da sociedade, e mais particularmente do empresariado. Primeiro, esclareçamos a questão dos testes. Os testes de avaliação do rendimento escolar em questão equivalem, em linguagem empresarial, aos mecanismos de controle de qualidade.

Qualquer empresário sabe o que ocorre com empresas que operam dessa forma. O empreendimento da escola pública brasileira é tão mal gerido quanto as empresas que não zelam pela qualidade de seus resultados.

Comparado com suas congêneres, foi ao pau.

O mais grave é que, com exceção de Moçambique, trata-se daqueles países com quem competimos nos mercados internacionais. Ou será que estamos competindo é com Moçambique para exportar banana e outros produtos primários, que cada dia mais aumentam seu peso em nossa pauta de exportação?

A segunda questão tem a ver com as causas do problema. No Brasil, testes desta natureza são praticamente proscritos. O Ministério da Educação não se comove com a questão. Historicamente vem-se limitando a fazer algumas experiências-piloto, e essa tendência não mudou até hoje. É possível até que tenha financiado algumas atividades da Fundação Carlos Chagas, mas nunca passou disso.

As escolas, por sua vez, não sentem nenhuma razão para usá-los. Afinal, todo mundo sabe que escola pública é para os pobres, ninguém cobra nada de ninguém, ninguém liga. Os pais nem sabem que isso existe, em sua maioria não foram escolarizados e não entendem muito sobre qualidade da educação. Ademais, não possuem instrumentos de cobrança e, em consequência, nada cobram da escola. Os que podem mandar os filhos para a escola particular, que acreditam ser um pouco melhor.

A sociedade em geral é mal informada sobre essas questões. Mesmo entre os candidatos ao vestibular; há pessoas que ainda acham que passar nesses exames é uma questão de sorte. Tanto quanto eu saiba, somente um estado, Minas Gerais, resolveu, em 1991, adotar esses testes de maneira sistemática.

Nem mesmo o empresariado entendeu ainda que com uma sociedade analfabeta, incapaz de contar, medir e aplicar conhecimentos científicos e técnicos, a indústria não progride e é incapaz de competir numa economia onde a competência tecnológica é que faz a diferença.

Compreender por que as escolas, os políticos, o empresariado e o próprio governo evitam tratar do assunto deve ser a primeira prioridade de quem efetivamente se interessa pelo futuro do país. Não que a avaliação generalizada vá consertar a educação. Mas ela permitirá saber e informar, de maneira sistemática e objetiva, a quantas andamos. O primeiro passo de qualquer empresa que pretende aferir a qualidade do que produz é aprimorar seus instrumentos de medida. Em educação não é diferente!

No ano em que comemoramos os 500 anos da Descoberta da América parece que definitivamente fizemos a nossa opção preferencial pelos pobres, de ultramar: não vamos abandoná-los na miséria educacional. Da maneira mais vergonhosa possível, e por total omissão dos responsáveis pelos nossos sistemas educacionais, caminhamos, em ritmo vertiginoso, ao encontro do que temos de pior em nossas raízes africanas.

\* Funcionário internacional em Genebra.